



**A** indústria nacional de informática completa dez anos de atuação organizada no país respondendo por 66% de um mercado de US\$ 4,5 bilhões e preocupada em vencer uma série de desafios. O maior deles talvez seja obter a relação mais favorável entre preço, prazo e qualidade dos seus produtos. Página 14

# OS DESAFIOS DA INDÚSTRIA DE US\$ 3 BILHÕES

**MODEMS: O DILEMA  
DO LICENCIAMENTO**

Página 9



# INFORMÁTICA

## HOJE



*A SEI abriu o debate. Mas, em princípio, é contra o licenciamento para os novos modems.*

## Licenciar ou não tecnologia: chegou a vez dos modems.

**S**e depender da SEI, não será admitida a transferência de tecnologia para modems de alta velocidade, com mais de 9.600 bps (bits por segundo). Os técnicos da Secretaria, que trabalham na definição de uma política específica para esse segmento, lembram que o mesmo critério foi aplicado para modems de velocidades mais baixas, resultando no domínio de uma tecnologia nacional. E é essa posição que vão defender nas reuniões com os fabricantes nacionais, convidados a se manifestar antes de a SEI emitir um comunicado definindo critérios para aprovação de projetos de fabricação de modems analógicos.

A questão central é a capacitação tecnológica. E o dilema é se o Brasil tem condições de alcançá-la via seus próprios projetos ou deve permitir a importação de tecnologia. Os empresários vão opinar, mas nem todos se dispõem a adiantar qual será sua posição. Para a SEI, no entanto, a questão parece clara, como revela o subsecretário de atividades estratégicas, Dorgival Brandão: "A idéia é não aceitar, pelo menos por enquanto, a transferência de tecnologia". Ele lembra que isso implicaria a importação do chip modem, (o chip dedicado para o equipamento) transformando as empresas nacionais em meras montadoras dessa faixa de equipamentos. Aliás essa não é uma postura nova da SEI. Só permitiu licenciamento de tecnologia, há muito tempo, para modems de 1.200 bps.

E a SEI só decidiu reabrir a discussão porque, nos últimos tempos, recebeu projetos de desenvolvimento de modems de 14.400 e de 19.200 bps da Elebra, Moddata, Ichtus e Digitel. A Rhede, de Brasília, ainda não apresentou o seu, mas pretende seguir o mesmo caminho. No final de julho reuniu, em Brasília, fabricantes e grandes usuários, como a Embratel.

Entre os argumentos favoráveis à proibição de licenciamento de tecnologia está o de que o desenvolvimento de uma tecnologia nacional de DSP (processamento digital de sinais) viabiliza novas aplicações nas áreas de processamento nu-

mérico e imagens, de sinais e de voz, entre outras.

O diretor técnico da Rhede Tecnologia S.A., Fábio Montoro, concorda com a SEI, lembrando que importar tecnologia pode parecer mais fácil e seguro, mas "quando há desenvolvimento local o retorno é sempre maior, embora chegue mais tarde". Montoro só faz

uma ressalva: que as regras sejam claras. Ele defende a importação de produtos acabados enquanto não houver fabricação nacional, mas lembra que às vezes o produto nacional pode até estar pronto mas não está disponível no mercado. Na dúvida, ele defende a importação.

Já Isu Fang, diretor da Ele-

bra Comunicação de Dados, acha que essa não é uma questão simples, envolve muitos aspectos a serem analisados. "Estamos apenas começando a debater o problema", diz. Por enquanto, segundo Fang, só há apenas uma decisão: a de que as empresas podem enviar propostas para uma nova política de modems até o final de agos-

to. Ele lembra que a regra de não permitir a transferência de tecnologia, até agora em vigor, é antiga, do tempo em que "o de 19.200 bps nem existia". Por isso, acha oportuno o debate. Mas ele não antecipa qual será a posição da Elebra, limitando-se a confirmar que a empresa vai enviar as suas sugestões.

Marcio Valente

São Paulo 21/08/89

At.: Fábio Montoro

Prezado Senhor,

Seu nome foi citado na página 09 da edição anexa.

Atenciosamente

INFORMÁTICA  
HOJE